



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

Distribuição gratuita
Publicação Bimestral

N.º 121
Julho | Agosto 2024
Directora: Adélia Vilas Boas

Voz da Terra



GRANDE MANIFESTAÇÃO NA RÉGUA

GOVERNO ABANDONA PEQUENOS E MÉDIOS VITICULTORES

CADERNO TÉCNICO

**APOIOS À APICULTURA: SUSTER
O DECLÍNIO DOS POLINIZADORES**

Co-financiado por:

PDR 2020 PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014 - 2020

**PORTUGAL
2020**



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais

SUMÁRIO



.03 EDITORIAL

É urgente travar a poda de pequenos e médios viticultores

.04 DESTAQUE

Viticultores durienses em grande manifestação na Régua!

.07 DESTAQUE

Governo abandona pequenos e médios viticultores

.11 CADERNO TÉCNICO

Apoios à apicultura: suster o declínio dos polinizadores

.22 BOLETIM DE PREÇOS

.23 NOTÍCIAS

BALADI e representantes dos Agrupamentos dos Baldios esperam e desesperam

.24 NOTÍCIAS

CNADS celebra 200 reuniões

CNA na tomada de posse do novo presidente do CES

.25 NOTÍCIAS

CNA apresenta propostas para melhorar licenciamento das explorações pecuárias

.27 NOTÍCIAS

Ciclo de Conferências dedicado à Agroecologia

.28 NOTÍCIAS

Agroecologia e manejo holístico na criação de burros de Miranda

.30 INTERNACIONAL

Criado observatório europeu da cadeia alimentar

.31 INTERNACIONAL

La Via Campesina por um comércio justo

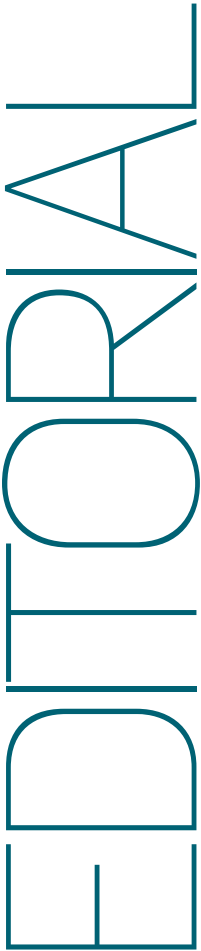
FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE E EDIÇÃO CNA – Confederação Nacional da Agricultura **NIF:** 500817812 **Morada / Sede da Redacção** Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 | COIMBRA **Tel.:** 239 708 960 **E-mail:** cna@cna.pt **URL:** www.cna.pt **DELEGAÇÃO EM LISBOA** Rua Jardim do Tabaco, 90 1.º - Dtº | 1100-288 LISBOA **DELEGAÇÃO EM VILA REAL** Rua Marechal Teixeira Rebelo, Prédio dos Quinchosos, Lt. T, Apart. 158 | 5000-525 VILA REAL **Tel.:** 259 348 151 **Fax:** 259 348 153 **E-mail:** cnavreal@sapo.pt **DELEGAÇÃO EM ÉVORA** Rua 5 de Outubro, 75 | 7000-854 ÉVORA **Tel.:** 266 707 317 **E-mail:** ruralentejo@sapo.pt **DELEGAÇÃO EM BRUXELAS** Rue Grisar 38, | 1070 Anderlecht, BRUXELAS **Tel.:** 0032 22173112 - 0032 22184509 **Título** Voz da Terra **Directora** Adélia Vilas Boas **Fotos** Arquivo da CNA **Redactores da Separata "Caderno Técnico"** Lucinda Pinto e Sónia Brásio **Periodicidade** Bimestral **Tiragem** 5 000 exemplares **Depósito Legal** N.º 117923/97 **Registo na ERC** 123631 **Composição, Paginação e Impressão** Traços Hábeis Unipessoal, Lda **Sede do impressor** Ed. Maquijig - Pq. Industrial das Carrascas, 2950-402 Palmela *Os textos assinados são da responsabilidade dos autores Estatuto Editorial Disponível em:* <http://www.cna.pt>



A CNA está filiada na **Coordenadora Europeia Via Campesina**

CNA
Pessoa Colectiva
de Utilidade Pública



É urgente travar a poda de pequenos e médios viticultores

Está a evidenciar-se este ano de forma clara na Região Demarcada do Douro o resultado das políticas agrícolas e de mercados levadas a cabo nos últimos anos, ou nas últimas décadas.

Políticas que ignoram a maioria dos agricultores e das populações, em benefício de grandes grupos económicos e do poder financeiro, tudo em nome do seu sacro-santo mercado que, dizem, se auto-regula.

E é sob a batuta deste mercado liberalizado que, como é mais do que evidente, não se auto-regula, que no sector agrícola vão caindo por terra os agricultores e as explorações de menor dimensão.

As consequências são desastrosas a vários níveis. Concentração da produção e do comércio de bens agro-alimentares, desequilíbrios na distribuição de valor ao longo da cadeia alimentar que baixa preços para quem produz e aumenta para quem consome. As consequências sociais e ambientais também são de monta.

No sector do vinho os resultados saltam à vista. Um pouco por todo o país, pequenos e médios produtores foram sendo forçados a abandonar a actividade, pelos baixos preços a que vendem as uvas, pelos elevados custos e pela concentração da produção.

Este caminho está a ser trilhado a alta velocidade no Douro, onde milhares de pequenos e médios viticultores estão numa situação desesperante. Há mais de 25 anos que o preço pago pelas uvas se mantém igual e até mais baixo, apesar dos custos de produção aumentarem a cada ano. Trabalha-se com prejuízo, recebe-se com anos de atraso, entrega-se o fruto da vindima sem saber quanto é que os compradores vão pagar pelas uvas.

"Parece impossível", dirá quem não sabe da poda. "Não é aceitável", concordamos. Mas é isto que acontece, sabe-se, e sucessivos Governos deixam andar e não tomam medidas para apoiar os pequenos e médios produtores, que são a alma e o corpo desta região única no mundo. E assim se repete a receita pelo país fora (e não apenas no sector do vinho).

"É o mercado a funcionar", dirá quem não quer saber da vida dos que ficam pelo caminho. "É também o resultado da liberalização dos direitos da plantação de vinha na União Europeia", dizemos nós, que, como aconteceu com o fim das quotas leiteiras, arrasa com a quase totalidade das pequenas e médias explorações.

A CNA sempre se afirmou contra o fim dos direitos de plantação por ser contrário aos interesses da vitivinicultura familiar e das regiões tradicionalmente produtoras e, por isso, contrário ao interesse nacional.

O resultado deste caldo de políticas está à vista.

A poda que está a ser feita no Douro aos pequenos e médios viticultores é para deixar brotar apenas as grandes casas da transformação e do comércio exportador.

E quem ficará no Douro quando ele deixar de ser moda e o negócio noutra lugar for mais apetecível?

O tempo urge. É urgente apoiar – e salvar – os pequenos e médios agricultores da região, que com o seu trabalho mantêm viva a região e fazem dela património da humanidade.

Reclamamos a defesa da agricultura familiar e dos pequenos e médios viticultores do Douro e de todo o país!

A poda que está a ser feita no Douro aos pequenos e médios viticultores é para deixar brotar apenas as grandes casas da transformação e do comércio exportador.



Viticultores durienses em grande manifestação na Régua!

A CNA e a sua filiada no Douro, a AVADOURIENSE – Associação dos Viticultores e da Agricultura Familiar Douricense, promoveram uma grande manifestação na Régua, a 7 de Agosto, para reclamar melhores preços à produção da uva e do vinho na Região Demarcada do Douro (RDD), exigir a reversão dos cortes no benefício¹ e denunciar as enormes dificuldades de escoamento da produção.

Cerca de um milhão de agricultores percorreram as ruas da Régua, desde o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP), até à estação de comboios da cidade, numa demonstração da força da razão dos pequenos e médios viticultores durienses para fazer ouvir a sua voz e reclamar os seus justos direitos!

A situação dos pequenos e médios produtores de uva tem vindo a



CORTE NO BENEFÍCIO É MAIS UMA MACHADADA NO RENDIMENTO DOS PRODUTORES

■ No dia 27 de Julho, o IVDP anunciou um novo corte de 14 mil pipas na quantidade de vinho a beneficiar (a transformar em vinho do Porto), passando esta a ser de 90 mil pipas, na colheita de 2024. Este corte soma-se ao já efectuado em 2023, quando a quantidade de uva beneficiada passou para 104 mil pipas, menos 12 mil que no ano precedente, resultando num brutal corte de 22% em dois anos.

Estes cortes agravaram a profunda crise que os viticultores da Região Demarcada do Douro atravessam, constituindo mais uma forte machadada nos seus rendimentos.

Os rendimentos dos viticultores da RDD já estão severamente afectados pelo baixo preço das uvas, que se mantém no mesmo patamar há 25 anos, pelos brutais aumentos dos custos dos factores de produção e pela desorganização e desequilíbrio de poder de mercado na região entre a produção, a transformação e o grande comércio exportador, sempre em prejuízo dos produtores, o elo fundamental da cadeia de produção.

Como se não bastasse, os grandes agentes da transformação e comércio, comunicaram aos produtores que não irão receber toda a produção deste ano de 2024.

agravar-se nos últimos anos e nesta vindima as dificuldades atingem proporções incontroláveis, com uma forte incidência no Douro.

Os pequenos e médios agricultores, que são a grande maioria dos produtores da região e quem contribui para a manter viva, dinâmica e com gente, estão a ser “empurrados” para fora da actividade e a ficar de bolsos vazios.

Mas da mesma forma que zelosamente cuidam da produção característica e única da região, os pequenos e médios produtores dourenses também são firmes na defesa da sua dignidade. E por isso, como em muitas ocasiões anteriores, sempre com a CNA, saíram mais uma vez à rua para denun-

ciar que os problemas que a região enfrenta estão identificados, têm culpados e também têm solução, haja medidas adequadas e vontade política para os resolver.

Bem sabemos que as opções políticas de sucessivos Governos têm premiado a concentração da produção em grandes proprietários e explorações, à custa da expulsão dos mais pequenos. Mas sabemos também que são os pequenos e médios produtores a vida e a alma desta região.

E como se disse bem alto na manifestação: “Não baixaremos os braços! Continuaremos a produzir e levaremos as nossas uvas e o nosso protesto até onde for preciso!” No final da manifestação, repre-

sentantes da CNA e da AVADOURIENSE reuniram-se com o presidente do IVDP para entregar um documento com as reclamações dos viticultores e medidas concretas que devem ser tomadas para travar a iminente catástrofe que se poderá vir a materializar na Região Demarcada do Douro (ver pág. 9). Embora algumas das medidas apresentadas se prendam directamente com a realidade na RDD, outras visam responder às necessidades da generalidade dos pequenos e médios produtores de uva do país.

A CNA fez chegar estas reclamações ao Ministro da Agricultura e à Comissão de Agricultura da Assembleia da República.

¹ Quantidade de vinho que pode ser destinado à produção de vinho do Porto



É NECESSÁRIO TRAVAR AS IMPORTAÇÕES DE VINHO A GRANEL

■ Tudo isto decorre num momento em que se multiplicam as denúncias da importação de grandes quantidades de vinho a granel, o que aumenta a já insuportável pressão sobre os pequenos e médios produtores da RDD – problema que não é exclusivo do Douro.

Esta é uma situação que se arrasta há vários anos, com a complacência cúmplice dos sucessivos governos, incluindo dos que agora vêm dizer que é necessário fiscalizá-las.

E acontece não só no Douro, mas noutras regiões, como o Alentejo ou a Península de Setúbal, entre outros, com um forte impacto no rendimento dos pequenos produtores, que são os primeiros a não aguentar a concorrência e a ter de deixar de produzir. É imperioso pôr fim a estas vergonhosas importações, com medidas concretas, e não meras proclamações para iludir os agricultores, mas mantendo tudo praticamente na mesma.

VINHO

IMPORTAÇÕES

+85 %

face a 2013

2,3

milhões de hectolitros em 2023

EXPORTAÇÕES

+5 %

face a 2013

3,2

milhões de hectolitros em 2023

ÁREA DE VINHA

-18%

em 10 anos

233 049 ha em 2023

283 751 ha em 2013

GOVERNO ABANDONA PEQUENOS E MÉDIOS VITICULTORES

■ As medidas apresentadas até à data pelo Ministério da Agricultura e pelo Governo têm um denominador comum: não se destinam a apoiar, directamente, os produtores de uva. Por exemplo, o anúncio, feito a 6 de Agosto, da medida de destilação de crise revela a tibieza do Governo perante a gravidade da situação. A medida é bem-vinda, se bem aplicada, com critérios objectivos, controlada (impedindo a especulação) e a preços compensadores, mas importa salientar que não chega aos pequenos e médios produtores de uva que não produzem vinho (e que não têm capacidade para fazer

destilação). Será sempre uma medida pontual, e é mais uma que, em lugar de ressarcir quem mais precisa, ou seja, os pequenos e médios produtores, vai beneficiar sobretudo as grandes casas comerciais.

Por outro lado, não só o Governo abdicou de ir até aos 45 milhões de euros², investindo 30 milhões da componente nacional, como os 3 milhões que adiciona aos fundos oriundos da União Europeia, – para aumentar o valor da destilação na RDD –, saem do orçamento do IVDP. Ou seja, até se pode dizer que o Governo põe os agricultores a pagar a medida.

² A Comissão Europeia aprovou um pacote de apoio de 15 milhões de euros da reserva agrícola para os produtores de vinho que Portugal podia complementar com 200% do orçamento nacional (chegando aos 45 milhões de euros).



SÃO NECESSÁRIAS MEDIDAS EXTRAORDINÁRIAS PARA SALVAR OS AGRICULTORES DA RUÍNA

■ Para salvar milhares de pequenas e médias explorações vitícolas são necessárias medidas extraordinárias de apoio directo aos pequenos e médios produtores que mitiguem, no imediato, a sua enorme perda

de rendimentos. Estes apoios têm de chegar aos agricultores até final deste ano, sob pena de muitos agricultores não aguentarem manter as suas explorações. O Governo tem mostrado com

clareza a sua opção: deixar fora dos apoios a agricultura familiar, os pequenos e médios produtores de uva.

Não há uma única medida para estes viticultores.



■ VITOR HERDEIRO, PRESIDENTE DA AVADOURIENSE E PEQUENO VITICULTOR NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

“ISTO ESTÁ A TORNAR-SE INSUPORTÁVEL”

■ Estamos em protesto por três motivos muito fortes aqui na Região Demarcada do Douro. É o corte das 14 mil pipas³ este ano, a juntar a 12 mil pipas cortadas há 2 anos. São 26 mil pipas cortadas. Isto envolve mais de 35 milhões de euros de corte nesta região, desde há 3 ou 4 anos. É um corte muito grave e foi também por esse motivo que decidimos avançar com a manifestação, porque não podemos aceitar estes cortes. Os preços (a que vendemos as nossas uvas) já são baixos e os custos de produção são elevadíssimos. Somos obrigados a fazer cada vez mais aplicações, devido também às alterações climáticas. Isto está a tornar-se insuportável. O preço a que vendemos a pipa é 300€ a 400€ de vinho para consumo (mas já há quem nos ofereça só 200€-250€ e

PRODUTORES DO DOURO SOMAM PREJUÍZOS

2 €

de prejuízo por litro no vinho do Porto

0,82 €

de prejuízo por litro no vinho DOC

já se ouviu falar de 150€!), ou o tratado (para vinho do Porto) a 800€-900€. Isto não é dinheiro

nenhum. Precisamos de vender as nossas uvas, para o vinho do Porto, a 1500€ a pipa e o vinho de consumo a 600€ a pipa, pelo menos, para compensar os custos de produção e tirarmos algum rendimento.

Estamos aqui também pelo corte no rendimento à exploração. Nós, até agora, poderíamos entregar (para o benefício) 10 pipas por hectare e agora só vamos poder entregar 8 pipas por hectare no tinto e cerca de 9 pipas no branco. Mais grave, ainda, é que os grandes exportadores não querem ficar com as pipas este ano. Temos aqui casos em que só querem receber 25% do vinho, isso não é nada. Estão aqui [na manifestação] viticultores nessa situação, e atenção, não são só pequenos viticultores, são já médios de 7,8 a mais de 10 hectares. E depois, no rendimento não podemos nivelar as explorações das zonas do Douro superior, que dão muito mais produção, às zonas do baixo Douro. Nós temos explorações que dão 15, 20 pipas por hectare. Onde vamos entregar essas uvas?

Ainda mais grave, há um estudo da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) que nos diz que o problema aqui não é o excesso de vinho ou o excesso de produção, mas sim o excesso de importações desnecessárias. Estão ser importados vinhos de Espanha, do Chile e de outros países, que estão a invadir a nossa região. Para além disso foram empregues milhões de euros para a destilação dos vinhos e depois os vinhos que destilaram foram os que vieram de fora e armazenaram os nossos vinhos, porque os nossos vinhos são os melhores do mundo! Estão-se a preparar agora para dar mais 15 milhões à destilação... que não seja para destilar vinho importado.”

³ Cada pipa tem 550 litros

PROPOSTAS E RECLAMAÇÕES PARA TRAVAR CATÁSTROFE NO DOURO

■ A CNA reclama medidas concretas para travar a perda de rendimento dos agricultores, e para, de uma vez por todas, implementar um modelo de organização da produção e comercialização que vá ao encontro dos interesses da região e dos seus principais agentes, os pequenos e médios viticultores.

Para tal, é necessário implementar as seguintes medidas:

- Reverter o corte na produção de vinho beneficiado anunciado para 2024;
- Proibir as importações de vinho a granel de outras origens para a região;
- Obrigar a que todas as matérias-primas, nomeadamente as aguardentes, usadas para a fabricação de vinho do Porto tenham prioritariamente origem na RDD;
- Garantir preços justos pagos à produção, começando por proibir que a uva seja paga aos produtores abaixo dos custos de produção, e estabelecer preços de referência para a produção, incluindo preços de referência para o vinho de mesa;
- Concluir o processo de reinstitucionalização da Casa do Douro, concretizando urgentemente o processo eleitoral, e dotando-a de instrumentos de gestão para que cumpra a sua função de regular a produção, o armazenamento e a comercialização, bem como a sua qualidade, de modo a gerar rendimentos dignos para os pequenos e médios produtores durienses;
- Adoptar medidas para travar o aumento especulativo dos preços dos factores de produção;
- Adoptar medidas de apoio directo aos pequenos e médios produtores da RDD, que mitiguem no imediato a situação de crise que atravessam, que é a crise de toda a região;
- Limitar, ao nível da União Europeia, a atribuição de direitos de plantação.

A implementação destas medidas é essencial para salvar as características únicas e imensamente valiosas da RDD, e para dar dignidade a todos os que trabalham e vivem na região, a começar pelos pequenos e médios produtores vitícolas.

De outra forma, estar-se-á a condenar a região ao declínio, ao domínio por parte de poderes económicos que não querem saber, nem estão em condições de cuidar, dos valores únicos da RDD.



CNA PEDE AUDIÊNCIA URGENTE AO MINISTRO DA AGRICULTURA



■ A 29 de Agosto a CNA enviou um pedido de audiência urgente ao Ministro da Agricultura para abordar a crise que se vive em todo o sector do vinho, com particular incidência na Região Demarcada do Douro, e reiterar a necessidade de medidas eficazes para colmatar, no imediato, a perda, em algumas situações total, de rendimento dos viticultores. A dramática situação do sector

não se compadece com paliativos, adiamentos ou silêncios ensurdecedores e exige uma resposta urgente e eficaz por parte do Ministério da Agricultura.

Com a vindima “à porta”, os pequenos e médios produtores estão em desespero.

As ameaças dos grandes agentes da transformação e do comércio

de não comprarem as uvas concretizam-se um pouco por todo o país e as medidas anunciadas pelo Ministério da Agricultura deixam milhares de produtores de uva de fora dos apoios.

Se não atribuir, urgentemente, um apoio directo a estes produtores, o Governo e o Ministério da Agricultura serão responsáveis pela eliminação da pequena e média agricultura no sector do vinho.

APOIOS À APICULTURA: SUSTER O DECLÍNIO DOS POLINIZADORES

“A Europa é o lar de uma incrível variedade de insectos que polinizam as culturas e as plantas selvagens. Esta variedade é essencial para uma natureza saudável e para o nosso bem-estar. No entanto, nas últimas décadas, os polinizadores de insectos selvagens, como as abelhas, as borboletas, as moscas-das-flores e as traças, diminuíram drasticamente em abundância e diversidade na Europa. Muitas espécies estão à beira da extinção. Sem polinizadores, a nossa segurança alimentar estará em risco e muitas espécies vegetais diminuirão e acabarão por desaparecer. Esta situação ameaça a sobrevivência da natureza, o bem-estar humano e a economia.”

Comissão Europeia. Polinizadores

LUCINDA PINTO E SÓNIA BRÁSIO



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020

Co-financiado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nas Zonas Rurais

■ O alarme soou há já vários anos, agora é “correr atrás do prejuízo”, como se diz em voz corrente. Os polinizadores estão a desaparecer na Europa. Estima-se que um terço das populações de abelhas e borboletas estejam a desaparecer.



■ FIGURA 1 . PORQUE ESTÃO A DESAPARECER OS POLINIZADORES? (FONTE: PARLAMENTO EUROPEU – INFOGRAFIA¹)

As causas do declínio das populações de insectos polinizadores são muitas e de variada ordem, sendo que as principais se relacionam com os fenómenos associados às alterações climáticas: fenómenos climáticos extremos como secas prolongadas que levam ao declínio e perda de habitats, ou catástrofes como os incêndios devastadores que destroem todas

as comunidades vegetais essenciais aos polinizadores, ou, ainda, o ataque de espécies invasoras como é o caso da invasão da predadora vespa-asiática (*Vespa velutina*) que está a dizimar os apiários dos países da Europa do Sul, como é o caso de Portugal. O flagelo dos incêndios tem tido repercussões catastróficas nas populações de insectos com

especial reflexo, pelas consequências económicas que provoca nos apiários, na destruição das colmeias e morte de milhões de abelhas.

Reportamos aqui a tragédia ocorrida nos incêndios de 2017 em Portugal em que, nas regiões Centro e Norte, “centenas de colmeias e abelhas foram destruídas pelo fogo e a produção fica ainda comprometida nos próximos anos, já que a vegetação onde as abelhas se alimentam poderá demorar cerca de três anos a ser reposta...”

“Os grandes incêndios têm sido responsáveis por vários estragos em apiários e abelhas. Mesmo que as chamas não consumam as caixas e as colmeias, o excesso de calor afecta as abelhas que acabam muitas vezes por morrer por sobreaquecimento²”.

“...Acresce ainda que as abelhas têm uma área de acção limitada, isto é, podem ir procurar alimento apenas a três ou quatro quilómetros de distância. Assim, quando arde a vegetação, há uma redução da área de floração e da área de alimento, o que é uma perda efectiva para a apicultura. Consequentemente, é necessário mudar a localização das colmeias ou recorrer à alimentação artificial para se manterem as colónias vivas, o que implica um esforço e custos acrescidos, com implicações na rentabilidade das explorações.³”

Outros fenómenos climáticos têm igualmente consequências significativas. Relembramos aqui o relato dos apicultores das regiões da Beira Interior, Alentejo e Algarve que em 2020 registaram quebras

IMPACTO ECONÓMICO



4 em cada 5

campos de cultivo e de flores selvagens na UE depende, pelo menos de alguma forma, de insetos para a polinização

Cerca de €15 mil milhões

do rendimento anual da UE com a agricultura pode ser diretamente atribuído aos insetos polinizadores

Selvagens ou domesticados,
OS POLINIZADORES SÃO VITAIS PARA...



A segurança alimentar



A biodiversidade

e contribuem para...



As fibras
(algodão e linho)



Medicamentos



Biocombustíveis



Materiais de construção
(madeira)

Fontes:
Comissão Europeia
European Red List
Organização das Nações Unidas



■ FIGURA 2 . IMPACTO ECONÓMICO (FONTE: PARLAMENTO EUROPEU – INFOGRAFIA⁵)

de 80% na produção de mel, fruto de uma Primavera de frio e chuva que inviabilizou a floração das plantas, deixando as abelhas sem alimento o que enfraqueceu os enxames e obrigou os apicultores a suplementar a alimentação das abelhas⁴. Para além dos efeitos negativos sobre

a biodiversidade, estes fenómenos têm impactos directos na produção agrícola, levando à escassez da produção de alimentos por um lado, e, por outro, à perda muito significativa de rendimento dos agricultores especialmente dos que vivem da actividade apícola.

QUEM SÃO OS POLINIZADORES?



Na Europa, os polinizadores são:



Abelhas, as grandes polinizadoras

200 espécies selvagens na Europa

A Europa alberga **10% da diversidade de abelhas de todo o mundo**

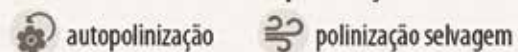


Apis mellifera (ou abelha-europeia):

- É a espécie mais conhecida de abelha
- Está associada aos apicultores e à produção de mel e outros produtos que derivam das colmeias

Polinização é a transferência de pólen (gâmeta masculino) entre as flores do sexo feminino e masculino, permitindo a reprodução das plantas.

Outros meios de polinização:



Quando falamos de polinizadores não nos referimos apenas aos insectos, ainda que estes sejam os grandes agentes de polinização.

Dentro da categoria dos insectos as abelhas são os grandes polinizadores, sendo igualmente fonte de produção de produtos apícolas que contribuem para toda uma economia das regiões rurais do planeta. Sobre a temática das abelhas fazemos aqui referência ao Artigo Técnico publicado na revista "Voz da Terra" n.º 86 com o título "O incrível mundo das abelhas"⁷. No referido artigo é feita explicação pormenorizada da abelha *Apis mellifera* ou a abelha-europeia que povoa os apiários para produção de mel. É, de facto, extraordinária a forma como a sociedade das abelhas se organiza e orienta ao nível das "competências" de cada "casta". A importância da abelha foi reconhecida pela ONU que criou o "Dia Mundial da Abelha" que se celebra anualmente a 20 de Maio.

O tema, em 2024, é «Compromisso com as abelhas, de mãos dadas com os jovens». Pretende sensibilizar os jovens para o papel essencial das abelhas e de outros polinizadores na agricultura, no equilíbrio ecológico e na preservação da biodiversidade. Ao envolvê-los em actividades de apicultura, iniciativas educacionais e esforços de defesa, cria-se uma geração de líderes ambientais de modo a influenciar positivamente o mundo...⁸

Em Portugal foram várias as iniciativas, institucionais e outras, com as quais se comemorou a data. Salienta-se a iniciativa do Município de Sátão, que de 20 a 24 de Maio de 2024 promoveu actividades junto dos alunos dos jardins de infância e do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Sátão, com distribuição de folhetos informativos sobre a protecção dos animais polinizadores. As crianças tiveram também a oportunidade de plantar girassóis, que foram produzidos na estufa municipal⁹.

O QUE FAZER PARA SUSTER A PERDA DOS POLINIZADORES?

Na União Europeia tem feito caminho a "Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030" com o compromisso assumido pelos 27 de inverter o declínio dos polinizadores selvagens até 2030.



■ FIGURA 4 . DECLÍNIO DOS POLINIZADORES NA UE (FONTE: COMISSÃO EUROPEIA¹⁰)

Mais recentemente foi aprovada a "Lei do Restauro da Natureza" a qual estabelece requisitos específicos aplicáveis a medidas para reverter o declínio das populações de polinizadores até 2030, o mais tardar.



OBJECTIVOS

A Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 e a Iniciativa da UE para Polinizadores estabelecem o compromisso de reverter o declínio dos polinizadores selvagens até 2030. As acções da UE em matéria de polinizadores (iniciativa da UE relativa a polinizadores) visam:

1. melhorar o conhecimento sobre o declínio dos polinizadores, as suas causas e consequências
2. melhorar a conservação dos polinizadores e combater as causas do seu declínio
3. mobilizar a sociedade e promover o planeamento estratégico e a cooperação a todos os níveis

■ FIGURA 5 . OBJECTIVOS DA ESTRATÉGIA DE BIODIVERSIDADE DA EU PARA 2030 RELATIVAMENTE AOS POLINIZADORES

(Fonte: Comissão Europeia¹¹)

PROPOSTA DE LEI DE RESTAURO DA NATUREZA

Em Junho de 2022, a Comissão Europeia adoptou uma proposta de Regulamento sobre restauro da natureza, que inclui uma meta vinculativa para os Estados-Membros reverterem o declínio dos polinizadores até 2030. Os Estados-Membros seriam igualmente obrigados a criar sistemas de monitorização sólidos para recolher dados sobre a abundância e a diversidade de espécies polinizadoras e para avaliar as tendências populacionais de polinizadores.

As acções da iniciativa relativa aos polinizadores revista apoiarão e complementarão as medidas nacionais de restauro exigidas por esta nova lei proposta e beneficiarão da meta juridicamente vinculativa de reverter o declínio dos polinizadores até 2030. Juntos, a proposta de uma Lei de Restauro da Natureza e o novo quadro de acção da Iniciativa da UE relativa aos Polinizadores constituem um factor de mudança para a conservação de polinizadores a nível da UE: **um novo acordo para os polinizadores europeus.**

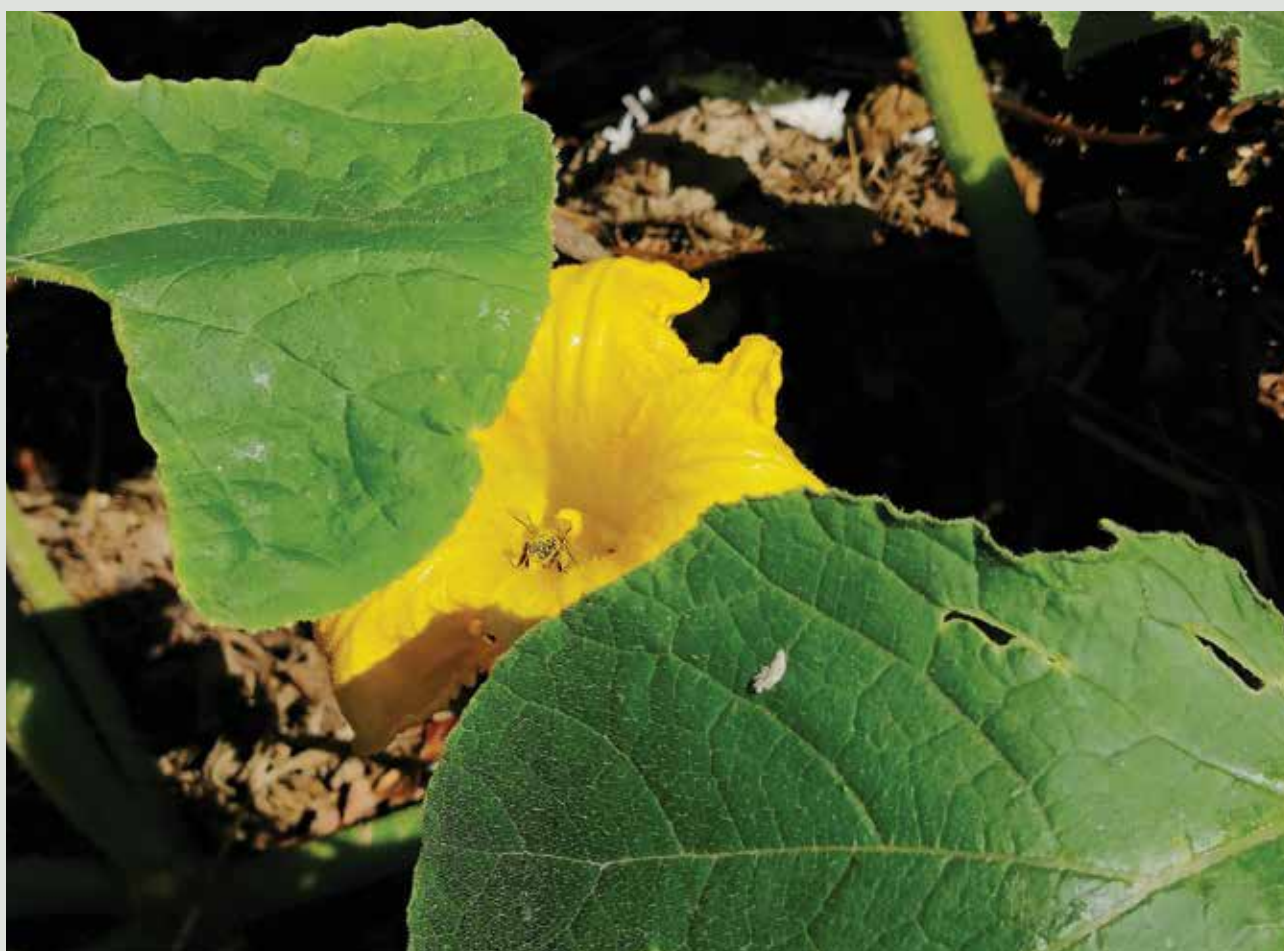
■ FIGURA 6 . PROPOSTA DE LEI DE RESTAURO DA NATUREZA (FONTE: COMISSÃO EUROPEIA¹²)



SALVAR AS ABELHAS E OS AGRICULTORES – INICIATIVA DE CIDADANIA EUROPEIA

Mais de 1 milhão de europeus assinaram a Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) 'Salvem as abelhas e os agricultores! Rumo a uma agricultura amiga das abelhas para um ambiente saudável'. Tal reflecte as preocupações públicas sobre a sustentabilidade ambiental e socioeconómica da agricultura europeia. No âmbito do Pacto Ecológico Europeu, foram tomadas muitas acções para garantir a sustentabilidade dos sistemas alimentares.

■ FIGURA 7 . INICIATIVA DE CIDADANIA EUROPEIA PARA SALVAR AS ABELHAS E OS AGRICULTORES (FONTE: COMISSÃO EUROPEIA¹³)



Das iniciativas financiadas pela União Europeia, no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência salienta-se o Projecto “Beeland – Apicultura e Polinização: Impacto na Biodiversidade e Sustentabilidade dos Territórios e tem como principal objectivo caracterizar, avaliar e objectivar o valor do serviço ecossistémico proporcionado pelas abelhas e pela apicultura, valorizando o seu contributo para a sustentabilidade e resiliência dos territórios.”¹⁴ A nível nacional a “Agenda Terra Futura” – Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030, estabeleceu, através da Iniciativa 6 – Territórios sustentáveis,

uma linha de Acção que privilegia os serviços de ecossistema: “desenvolver e valorizar os serviços ecológicos, promover a biodiversidade, a apicultura e a silvopastorícia”¹⁵, relevando nesta acção o papel da apicultura na preservação e promoção da biodiversidade. A este respeito e no sentido de promover os valores da apicultura foi criado o Centro de Competências da Apicultura e da Biodiversidade (CCAB), conferindo à apicultura o papel de relevo na promoção do “...desenvolvimento sustentável e competitivo da fileira apícola, nas vertentes socioeconómicas, formativa, técnica e ambiental.”¹⁶



■ FIGURA 8 . PÁGINA DA INTERNET DO CENTRO DE COMPETÊNCIAS DA APICULTURA E DA BIODIVERSIDADE (CCAB)

No âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) o compromisso é canalizar os fundos necessários para apoiar os agricultores na preservação e aumento das populações de polinizadores, constituindo como objectivo específico (artigo 6º do Regulamento (UE) 2021/2115 - que estabelece regras para apoiar os Planos Estratégicos dos Estados-Membros no âmbito da Política Agrícola Comum – Planos Estratégicos da PAC – e financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia – FEAGA e pelo Fundo Europeu de Agrícola de Desenvolvimento Rural – FEADER)

“Contribuir para travar e inverter a perda de biodiversidade, melhorar os serviços de ecossistema e preservar os habitats e as paisagens.”

Portugal, através do seu Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) estabeleceu um Programa Nacional para Apoio ao Sector da Apicultura (PNASA 2023-2027) atribuindo apoios nas vertentes da assistência técnica aos apicultores e organizações de apicultores, na luta contra a varroose, no combate à vespa asiática, na transumância, nas análises de qualidade do mel, na aquisição de rainhas autóctones seleccionadas, na melhoria da qualidade dos produtos apícolas e em projectos de investigação aplicada (Portaria n.º 54-G/2023, de 27 de Fevereiro¹⁷).

As organizações de produtores (e outras associações de agricultores ou cooperativas) para o sector do mel têm nestas intervenções um papel chave pois é através delas que são desencadeadas as acções com vista ao cumprimento do programa e das metas estabelecidas.

O PEPAC destinou a esta intervenção sectorial um apoio financeiro de 2,2 milhões de euros anuais. Em 2023 foram apoiadas cerca de 500 000 colmeias com perspectiva de alcançar 570 000 no horizonte temporal de vigência do PEPAC. Para 2024 as candidaturas decorreram entre 15 de Janeiro e 15 de Fevereiro de 2024¹⁸.

Considerando que, como referido no documento do PEPAC, “a apicultura representa um serviço vital para a agricultura através da polinização e contribui

para a preservação da biodiversidade ao manter a diversidade genética das plantas e o equilíbrio ecológico” o PEPAC foi reprogramado de modo a acomodar mais uma medida de apoio à apicultura através da Intervenção C.1.1.6 – “Apoio à Apicultura para a Biodiversidade”, no âmbito do Desenvolvimento Rural (compromissos em matéria de ambiente e clima e outros compromissos de gestão). A esta intervenção são alocados anualmente 4 milhões de euros.

CANDIDATURA AO “APOIO À APICULTURA PARA A BIODIVERSIDADE”

O apoio é dirigido aos agricultores que tenham actividade apícola, que sejam detentores de exploração apícola registada, tenham o registo apícola actualizado e apresentado a “declaração anual de existências apícolas”. Estes compromissos são assumidos para um período de 3 anos, logo o apicultor terá de manter as condições de elegibilidade durante este período.

Para além destes critérios relativos à elegibilidade do beneficiário do apoio, foram definidos outros que se prendem com a estrutura da exploração apícola implantada: contemplarem, no mínimo, 10 colmeias por candidatura, sendo que cada apiário não pode ultrapassar 100 colmeias. Os apiários terão de se encontrar georreferenciados no Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA) e terá de ser respeitada uma distância mínima, entre apiários, de 400 m, para apiários entre 11 e 30 colmeias e de 800 m para apiários entre 31 e 100 colmeias.

Após a fase da candidatura, que para 2024 terá de ser apresentada até 28 de Agosto, seguir-se-á a respectiva análise e decisão pela Autoridade de Gestão do PEPAC no Continente terminando com a formalização do “termo de aceitação” por parte do apicultor. A fase seguinte consiste na apresentação do pedido de pagamento (que comprova a execução da operação) por parte do apicultor. A apresentação do pedido de pagamento é anual e ocorrerá nos 30

dias subsequentes à data final do prazo para entrega da declaração anual de existências apícolas.

A manutenção das condições de elegibilidade constitui requisito obrigatório para o recebimento da ajuda.

O exercício da actividade apícola encontra-se regulado através do Decreto-Lei n.º 203/2005, determinando as regras relativas aos registos, à localização dos apiários, ao reporte de informação, bem como aos aspectos relacionados com a sanidade apícola.

Tratando-se de uma Intervenção prevista no PEPAC, aplicam-se algumas regras horizontais que constituem obrigações dos beneficiários para certas tipologias de apoios (artigo 13º do Decreto-Lei n.º 12/2023) previstas no artigo 12º da Portaria n.º 171/2024/1 que aqui reproduzimos:

..."

- a)** Executar as operações nos termos, condições e resultados aprovados;
- b)** Evidenciar o apoio financeiro recebido, inclusive mediante a utilização do emblema da União Europeia, em conformidade com as regras estabelecidas pela Comissão nos respectivos regulamentos de execução;
- c)** Permitir o acesso aos locais de realização das operações e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo do projecto aprovado;
- d)** Conservar os documentos relativos à realização da operação, em suporte digital ou papel, durante o

prazo de três anos, a contar da data do encerramento ou da aceitação da Comissão Europeia sobre a declaração de encerramento do PEPAC Portugal, consoante a fase em que o encerramento da operação tenha sido incluído, ou pelo prazo estabelecido na legislação nacional aplicável ou na legislação específica em matéria de auxílios de Estado, se estas estabelecerem prazo superior;

- e)** Manter as condições legais necessárias ao exercício da actividade;
 - f)** Dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada;
 - g)** Fornecer à autoridade de gestão do PEPAC no continente, ou a outros organismos nos quais esta tenha delegado funções, todas as informações necessárias para efeitos de acompanhamento e de avaliação do PEPAC Portugal;
 - h)** Respeitar os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações susceptíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre os beneficiários e os seus fornecedores ou prestadores de serviços;
 - i)** Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas.
- ..."



APICULTORES QUE PRATICAM TRANSUMÂNCIA:

Devem garantir que o n.º de colmeias instaladas é igual ou superior a 25% dos apiários objecto de apoio;

Que os apiários recuperam a sua dimensão inicial após o período de transumância.

QUAIS AS SANÇÕES APLICADAS EM CASO DE INCUMPRIMENTO DAS REGRAS DE ELEGIBILIDADE E OUTRAS OBRIGAÇÕES?

Os incumprimentos têm diferentes consequências consoante a tipologia do incumprimento e do número de anos em que o mesmo se verifica (reincidência). A Portaria n.º 171/2024/1 estabelece, no Anexo II, quais as obrigações, e a sua classificação, que constituem motivo de incumprimento.

Por exemplo, a não manutenção das condições legais necessárias ao exercício da actividade de apicultor implica a redução em 5% no pagamento da ajuda, caso o incumprimento seja verificado num só ano, passando para uma redução de 15% caso o incumprimento ocorra em 2 anos ou mais.

QUAL É O VALOR DO APOIO?

Escalão em função do número de colmeias	≥ 10 e < 25	≥ 25 e < 50	≥ 50 e < 150	≥ 150 e < 250	≥ 250 e < 500	≥ 500
Montante fixo (€/beneficiário)	125	250	625	1324	2060	3000

O apoio é diferenciado conforme o escalão, determinado em função do número de colmeias, assumindo a forma de subvenção não reembolsável – montante fixo, de acordo com os valores seguintes:

QUAL É O CIRCUITO DA CANDIDATURA?

A formalização da candidatura é realizada através da plataforma do Balcão dos Fundos da Agricultura na página da Internet do PEPAC:



Acesso à página WEB do PEPAC: <https://pepac.pt/>: (Imagem disponibilizada pela AG PEPACC)

O Balcão dos Fundos da Agricultura constitui a plataforma informática através da qual são submetidas as candidaturas a algumas Intervenções do PEPAC, como é o caso da Intervenção C.1.1.6 – “Apoio à Apicultura para a Biodiversidade”. Para aceder ao Balcão dos Fundos é necessária a autenticação do utilizador através da Chave Móvel Digital ou Cartão de Cidadão.

POLINIZADORES, QUE FUTURO?

O futuro dos polinizadores depende em grande medida das decisões que forem tomadas e da concretização de acções directas e indirectas para a sua preservação. As iniciativas dos cidadãos e a concertação de medidas de política públicas nacionais e transnacionais ditarão o sucesso ou insucesso dos polinizadores do Planeta.

BIBLIOGRAFIA

(1, 5, 6) Parlamento Europeu. Porque estão a desaparecer as abelhas e os polinizadores? (Infografia), 2019. <https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20191129STO67758/porque-estao-a-desaparecer-as-abelhas-e-os-polinizadores-infografia>

(2, 7) Revista Voz da Terra n.º 83. Artigo Técnico “O incrível Mundo das abelhas” (Maio/Junho 2018) https://www.inforcna.pt/Media/Files/2019123_Vozdaterra83.pdf

(3) Inforcna.pt. Notícia: Apicultores preocupados com consequências dos fogos para o sector. 2017. <https://www.inforcna.pt/post/apicultores-preocupados-com-consequencias-dos-fogos-para-o-sector/415>

(4) Inforcna.pt. Notícia: Ano 2020 com quebra acentuada na produção de mel. 2020. <https://www.inforcna.pt/post/ano-2020-com-quebra-acentuada-na-producao-de-mel/1440>

(8) eurocid - Centro de Informação Europeia Jacques Delors. Notícia: Dia Mundial da Abelha 2024. 2024. <https://eurocid.mne.gov.pt/eventos/dia-mundial-da-abelha>

(9) Câmara Municipal de Sátão. Notícia: Município de Sátão assinalou o Dia Mundial da Abelha com os mais novos. 2024 <https://www.cm-satao.pt/noticias/noticia/municipio-de-satao-assinalou-o-dia-mundial-da-abelha-com-os-mais-novos>

(10, 11, 12, 13) Comissão Europeia. Polinizadores. 2024. https://environment.ec.europa.eu/topics/nature-and-biodiversity/pollinators_en

(14) Página WEB beeland.com.pt. Projecto Beeland - Apicultura e Polinização. 2023. <https://www.beeland.com.pt/?cix=1055&lang=1>

(15) Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020. Diário da República n.º 199/2020, Série I de 2020-10-13 <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/86-2020-145102353>

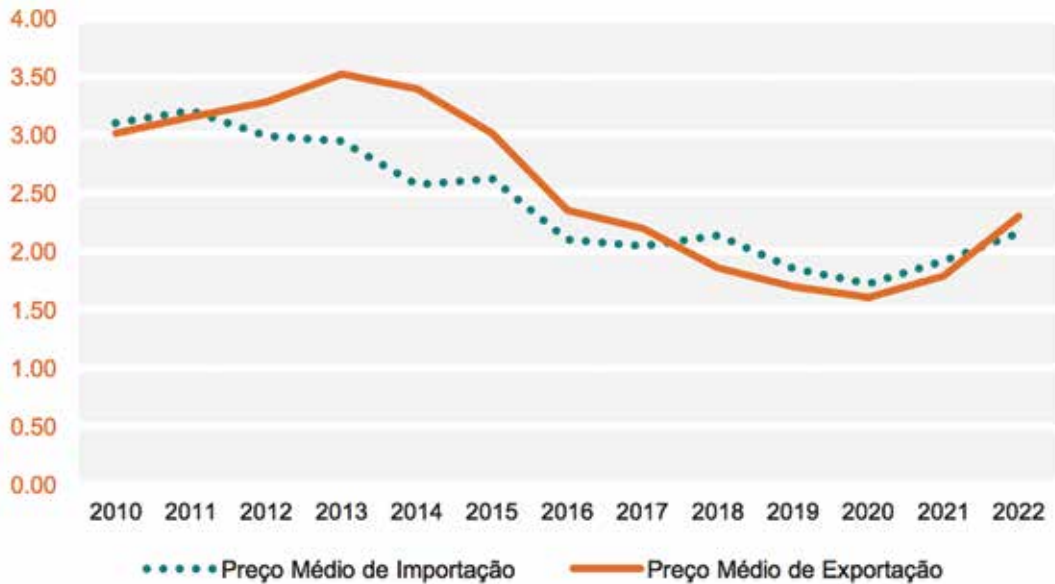
(16) Página WEB ccab.pt. 2024. <http://www.ccab.pt/ccab/>

(17) Portaria n.º 54-G/2023, de 27 de Fevereiro. Diário da República n.º 41/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-02-27 <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/54-g-2023-207942901>

(18) GPP. Relatório Anual de Desempenho PEPAC para 2023 (RAD 2023) (pdf). https://www.gpp.pt/images/PEPAC/Resultados/RAD2023_pdf.pdf

MEL

PREÇO MÉDIO DE IMPORTAÇÃO E DE EXPORTAÇÃO (€/KG)



	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Importação (€/kg)	3,1	3,2	3,0	2,9	2,6	2,6	2,1	2,0	2,1	1,9	1,7	1,9	2,2
Exportação (€/kg)	3,0	3,2	3,3	3,5	3,4	3,0	2,4	2,2	1,9	1,7	1,6	1,8	2,3

Preços médios apresentados em €/kg
Fonte: INE

PREÇO MÉDIO NA PRODUÇÃO (€/KG)

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2022
3,45	3,45	3,81	3,66	3,75	4,03	3,77	4,09	6,57

Fonte: Commission Implementing Regulation(EU)2022/1475

Preços médios apresentados em €/kg
Fonte: INE/GPP - Programa Apícola Nacional 2020-2022 (2019)

Nota: No que respeita aos preços na produção, não existem dados publicados pelo GPP posteriores a 2017

BOLETIM DE PREÇOS

SEMANA 19/08/2024

	€	€	€	%
Produto	Preço origem	Preço destino	Diferença	Diferença
Figo	1,80 €	6,19 €	4,39 €	244%
Maracujá	4,00 €	7,99 €	3,99 €	100%
Melancia	0,41 €	0,87 €	0,46 €	112%
Melão Branco	0,45 €	0,99 €	0,54 €	120%
Meloa Gália	1,48 €	1,62 €	0,14 €	9%
Pêra Rocha	1,62 €	2,37 €	0,75 €	46%
Alho Francês	0,93 €	2,69 €	1,76 €	189%
Beringela	0,93 €	2,39 €	1,46 €	157%
Cebola	0,24 €	1,82 €	1,58 €	659%
Cenoura	0,41 €	0,99 €	0,58 €	141%
Courgete	0,30 €	1,52 €	1,22 €	407%
Couve lombarda	0,23 €	1,69 €	1,46 €	635%
Feijão verde	1,52 €	4,49 €	2,97 €	195%
Pepino	0,63 €	1,71 €	1,08 €	171%
Pimento verde	0,80 €	2,57 €	1,77 €	221%
Pimento vermelho	0,96 €	2,57 €	1,61 €	168%
Tomate alongado	0,93 €	1,84 €	0,91 €	98%
Tomate cacho	0,93 €	1,67 €	0,74 €	80%
Tomate chucha	0,30 €	1,69 €	1,39 €	463%
Tomate coração de boi	0,82 €	2,87 €	2,05 €	250%
Tomate redondo	0,34 €	2,502 €	1,68 €	494%

Fonte dos Preços na Origem: Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA)/ GPP

Fonte dos Preços no Destino: Consulta a vários pontos de venda / grandes superfícies

Preços apresentados em €/kg

BALADI e representantes dos Agrupamentos dos Baldios esperam e desesperam

A Direcção da BALADI – Federação Nacional de Baldios emitiu um comunicado no final de Julho chamando a atenção do Governo para a falta de compromissos previstos nas duas Resoluções do Conselho de Ministros aprovadas em 2023/24.

A falta de assunção e seu incumprimento por parte da tutela poderá por em causa, ulteriormente, o trabalho efectuado no quadro do projecto piloto nos terrenos baldios do Norte e Centro do País.

O Governo, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Ambiente não cumprem com as suas obrigações institucionais de apoio aos Agrupamentos de Baldios criados há cerca de três anos.

Depois de três anos de Projecto, foram muitos os elogios públicos que a BALADI recebeu pelo trabalho desenvolvido nos 10 Agrupamentos de Baldios que dinamizou, integrando cerca de 60.000 hectares de área florestal e 55 Órgãos Gestores das Comunidades Locais, com grandes impactos positivos em termos de economia do território e ao nível social.

Nestas circunstâncias, a demora é tanto mais grave se tivermos em linha de conta a aprovação da Resolução do Conselho de Ministros em Junho de 2023, autorizando o Fundo Ambiental de uma ver-

ba de 5 milhões e quatrocentos mil euros para garantir a continuidade e o desenvolvimento dos Agrupamentos de Baldios da 2ª geração até 2027.

É entendimento da BALADI que, a manter-se esta delonga, e o incompreensível incumprimento por parte do Governo, tal postura traduz-se num desrespeito e desconsideração pelos milhares de partes que vivem e labutam nestas comunidades baldias.

Do que é que o Sr. Ministro da Agricultura está à espera? Até quando esta inércia?

Apesar das várias solicitações e diligências encetadas pela BALADI para o agendamento de uma reunião de trabalho com os responsáveis da tutela para discutir este e outros assuntos, esta ainda não foi concretizada.

ATÉ SEMPRE, ANTÓNIO JOSÉ DIAS PINTO!

■ Faleceu, neste mês de Agosto, aos 67 anos, António José Dias Pinto, vítima de doença prolongada.

Foi dirigente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e fundador da Associação Distrital dos Agricultores da Guarda (ADAG) e um destacado dinamizador do movimento associativo agrícola nas Beiras.

António Pinto foi um produtor de amizade, um defensor de causas justas e um abnegado lutador por um mundo melhor, mais justo e solidário.

A CNA envia aos seus familiares e amigos sentidas condolências.



CNADS celebra 200 reuniões

O Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS) realizou a sua 4ª reunião ordinária de 2024, e a sua 200ª reunião desde a sua criação. Este facto foi assinalado com a presença de Maria João Pereira, Secretária de Estado da Energia.

Os conselheiros foram informados de que se irá retomar a Conferência Anual do CNADS, e da criação de um Grupo de Trabalho para explorar as políticas de desenvolvimento sustentável, em especial, no contexto da União Europeia.

A Secretária de Estado foi interpelada por vários conselheiros quanto à proliferação de parques de painéis solares, e quanto à im-

plementação da Lei do Restauro da Natureza.

Foram ainda expressas outras preocupações sobre a implementação de energias renováveis, as políticas de solos e as políticas contra a desertificação dos territórios.

Esta foi a primeira reunião em que a CNA foi representada por Vítor Rodrigues, que assumiu esta representação até aqui assegurada por Laura Tarrafa.



CNA NA TOMADA DE POSSE DO NOVO PRESIDENTE DO CES

■ A CNA participou na cerimónia de tomada de posse do novo presidente do Conselho Económico e Social (CES), Luís Pais Antunes, que teve lugar no Parlamento, em Lisboa, no dia 4 de Julho.

O Conselho Económico e Social é um órgão constitucional de consulta e concertação social, que tem como principais objectivos a promoção da participação dos agentes

económicos e sociais nos processos de tomada de decisão dos órgãos de soberania, no âmbito de matérias socioeconómicas, sendo, por excelência, o espaço de diálogo entre o Governo, os Parceiros Sociais e restantes representantes da sociedade civil organizada. Recorde-se que a CNA tem assento no Plenário do CES, através dos dirigentes Adélia Vilas Boas (efectiva) e Pedro Santos

(suplente), integrando-se no grupo de interesse "Agricultura Familiar e Mundo Rural". Este é um espaço de consulta que a Confederação considera essencial e onde continuará a dar voz aos muitos milhares de agricultoras e agricultores familiares que representa em Portugal e às suas preocupações e propostas relacionadas com os territórios rurais.

CNA apresenta propostas para melhorar licenciamento das explorações pecuárias



A CNA participou numa reunião no gabinete do Secretário de Estado da Agricultura (SEA) com o objectivo de debater a situação dos produtores no que respeita ao problema do licenciamento das instalações pecuárias.

A reunião realizou-se a pedido da Secretaria de Estado, no dia 3 de Julho, e contou com a presença, para além da CNA, de representantes do sector.

O objectivo da reunião era ouvir o sector da produção sobre os problemas do licenciamento da actividade pecuária. De referir que o licenciamento das explorações pecuárias obriga a um "parecer" de diversos organismos da Administração, alguns (DGAV – Direcção-Geral da Alimentação e Veterinária e DGADR – Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, que é a entidade nacional coordena-

nadora do NREAP – Novo Regime do Exercício da Actividade Pecuária) tutelados pela Secretaria de Estado da Agricultura.

As entidades presentes apresentaram como necessidade a revisão do Decreto-Lei n.º 81/2013 – NREAP, de modo a incluir a possibilidade de Regularização da Actividade permanentemente aberta. Consideraram, ainda, que os processos têm de ser simplificados, o produtor pecuário não pode estar anos à espera, sob pena de entrar na ilegalidade e sujeitar-se a coimas. Um dos maiores problemas enfrenta-se nas Câmaras Municipais com os alvarás das construções, sendo que muitos processos esbarram com os instrumentos de Gestão do Território.

A CNA referiu o problema dos reexames e a validade dos títulos e apontou para a possibilidade de tornar os títulos definitivos, ou "automaticamente renováveis" caso não existam alterações de monta à dimensão das instalações e efectivo pecuário.

Discutiu-se a necessidade de rever o regime de gestão dos efluen-

tes pecuários estabelecido pela Portaria n.º 79/2022. Um dos principais obstáculos à valorização agrícola dos efluentes pecuários em terras de "terceiros" é o facto de muitos produtores utilizarem parcelas cedidas que não conseguem regularizar no parcelário (IFAP), o que impede a contabilização dessas áreas para a valorização. Este problema é mais recorrente na faixa litoral das regiões Norte e Centro do país.

Foi também colocado o problema da obrigatoriedade da instalação dos detectores de incêndios nas explorações pecuárias sendo que "o custo é enorme para depois ficarem desligados porque são tão sensíveis que até uma mosca os faz activar".

A Secretaria de Estado da Agricultura tomou boa nota das dificuldades apresentadas os agricultores aguardam que seja desenvolvido o trabalho necessário para ultrapassar os constrangimentos identificados.

Lucinda Pinto representou a CNA nesta reunião.



CERTRA
Cereais Tradicionais
Cadeia de Valor

Desenvolvimento de Cadeias de Valor de Cereais Tradicionais para uma Alimentação Sustentável em Portugal

O **projecto CERTRA** visa valorizar a produção de cereais tradicionais e promover produtos alimentares de valor acrescentado.

Pretendemos criar novas oportunidades de mercado para os vossos produtos, aumentando a sua visibilidade e valorização juntos do consumidor.



Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA



Ader-Sousa
Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa



Escola Superior Agrária
Politécnica de Coimbra



AMBIENTE CASCAIS



POLITÉCNICO DE LEIRIA

Projeto PRR-C05-I03-i-000161 LA 1.3
Linha de ação 1.3 - Dieta Mediterrânica
MEDIDA 12 – ALIMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL



REPÚBLICA PORTUGUESA



Financiado pela União Europeia
NextGenerationEU

Ciclo de Conferências “Granjear Saberes, Construir o Futuro” dedicado à Agroecologia

No mês de Julho, a CNA promoveu quatro webinars do Ciclo de Conferências “Granjear Saberes, Construir o Futuro”, que reuniram um vasto número de participantes, potenciando trocas de experiências e transmissão de saberes que muito contribuíram para a disseminação de práticas agroecológicas em Portugal.



Neste Ciclo de Conferências dedicado à transição agroecológica em Portugal, partindo da realidade da Agricultura Familiar portuguesa, foram abordadas diversas dimensões da agroecologia em temas como “Agroecologia: Organizar para Comercializar de forma justa” (3 de Julho), “Agroecologia: Produzir Alimentos, cuidar o ambiente e os recursos naturais” (17 Julho); “Agroecologia a produzir” (24 de Julho) e “Agroecologia a produzir – produção animal” (31 Julho).

As sessões contaram com os contributos de vários especialistas nas diversas temáticas, desde a

comercialização em circuito curto, sistemas participativos de garantia, regeneração do solo, práticas agroecológicas nas culturas vegetais, plantas multifuncionais, produção pecuária em manejo holístico, entre outras. Em todas as sessões houve espaço para os agricultores participantes colocarem perguntas e darem testemunho das suas experiências.

O ciclo de encontros conta também com uma reunião presencial a realizar a 2 de Setembro, no X Congresso Internacional de Agroecologia que decorre em Viseu, entre os dias 2 e 6 de Setembro, estando ainda agendado, para meados de Outubro, o último webinar deste ciclo de conferências com o tema “Agroecologia: Floresta e Baldios”.

Este conjunto de iniciativas tem

como objectivos específicos aumentar o conhecimento sobre agroecologia em Portugal, promover a sustentabilidade na agricultura e ligar agricultores, produtores florestais, especialistas e outros interessados.

Pelo elevado número de participantes, pelos valiosos contributos dos oradores e pela rica troca de saberes proporcionada pelo ciclo, podemos afirmar que estes objectivos estão a ser plenamente alcançados e deixam na terra sementes para partilhas futuras e para a promoção da Agroecologia em Portugal.

Estas acções integram um projecto no contexto de uma iniciativa comunitária promovida pelo PDR2020 e co-financiada pelo FEADER, no âmbito do Portugal 2020.



Agroecologia e manejo holístico na criação de burros de Miranda

Eunice Tavares e Manuel Domingues são dois jovens agricultores e dirigentes associativos da organização AGRITAD – Associação de Apoio ao Desenvolvimento e Gestão Agrário de Trás-os-Montes e Alto Douro, filiada da CNA, que fundaram, em Vila Real.



Eunice, natural de Lamego, é mestre de ensino do 1º e 2º ciclos do ensino básico e Manuel é Engenheiro Agrónomo, e natural da aldeia da Foz, pertencente à União de Freguesias de Pena, Quintã e Vila Cova, concelho de Vila Real. Iniciaram o seu percurso na agro-pecuária em 2011, quando decidiram criar asininos de raça indeterminada como for-

ma de complementar os seus rendimentos. Inicialmente, nenhum dos dois possuía experiência na criação de asininos. “Eles estão tolinhos da cabeça” comentaram os pais do casal quando lhes contaram a sua intenção. Apesar disso, foram as qua-

tro burras compradas em 2011 que propulsionaram o crescimento nesta área, principalmente na angariação de conhecimento que resultou na expansão da actividade.

Em 2015, Manuel e Eunice alcançaram um dos seus principais



objectivos: a criação de asininos de uma raça autóctone, o Burro de Miranda. Actualmente, possuem onze Burras de Miranda e oito asininos de raça indeterminada, as quais, segundo Eunice, fazem parte da família e a tendência é de continuar a crescer.

Em 2016, adquiriram o primeiro casal de equinos, os pôneis. No presente, possuem dez pôneis de raça indeterminada. Foi por esta altura que começaram a ganhar interesse pela área agrícola, o que fez com que expandissem a sua actividade nesse sentido. Construíram uma pequena horta e plantaram árvores de fruto destinadas ao consumo próprio e ao dos animais. Decidiram, ainda, criar galinhas, não só para providenciarem ovos, mas também para eliminarem alguns parasitas das instalações. Como solução para o problema dos javalis, que destruíam as culturas, o casal adquiriu duas cadelas para os afastar. Têm de conviver também com o lobo, que ataca as vacas quando estão a parir, pois estas procuram um lugar isolado, fora da exploração, geralmente no cimo do monte.

No final de 2022, o casal iniciou a criação de bovinos de duas raças autóctones: Maronesa e Arouquesa, contanto actualmente com onze bovinos em linha pura.

DIVERSIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES NO CONTROLO DA VEGETAÇÃO



Os dois jovens explicam que a razão pela qual possuem várias espécies de animais se deve a um problema que identificaram nas suas pastagens: havia algumas ervas que os burros não comiam, o que levou à sua sobrepopulação, fazendo com que a erva boa para consumo se tornasse escassa nos lameiros. É também por esse motivo que obtiveram as vacas e mais tarde, no início deste ano, as primeiras cabras, que são a espécie menos exigente em termos da erva que consomem, limpando o terreno mais eficazmente. Praticam a rotação de animais na pastagem para que se alimentem de diferentes ervas e não apenas das mais apelativas. O casal optou por esta solução não só porque a produção está certificada em agricultura biológica, mas também porque evitam ao máximo a utilização de produtos fitofarmacêuticos ou de qualquer adubo ou fertilizante que não seja obtido a partir de matéria orgânica retirada da exploração. O manejo da exploração é algo que Eunice e Manuel têm vindo a aprender de acordo com as dificuldades que vão surgindo. "Fomos aprendendo com os erros" – explicam. Encontraram no manejo holístico a solução mais fácil e económica para manter os animais no limite óptimo de bem-estar, a baixo custo e para garantir o equilíbrio do ecossistema. A aposta na criação de regras preventivas e na organização do espaço da exploração para prevenir doenças e outros problemas evita que o veterinário seja chamado com frequência, o que consequentemente evita a perda de rendimentos. A saúde dentária dos burros é uma das preocupações de bem-estar animal que não é desprezada. Os produtores agropecuários têm um protocolo com a Associação dos Burros de Miranda, AEPGA, que dispõe aos criadores a visita de um veterinário especializado na dentição dos burros uma vez por ano.

A principal fonte de rendimento desta exploração agropecuária é a venda de animais, particularmente vitelos e burrancos desmamados, com uma idade máxima de cerca de 1 ano. Os animais produtivos, actualmente, são apenas os Burros de Miranda, os pôneis e as vacas maronesas e arouquesas, estas que também são vendidas ao desmame. Todos os outros animais apenas contribuem para o manejo da exploração, dos lameiros e das áreas de pastagem. Para além desta actividade, a Eunice e o Manuel também organizam visitas de contacto com os animais para o público, escolas, famílias, etc. O casal afirma que existe um grupo de animais preparados, mais doces para este tipo de actividade, nomeadamente burros e pôneis.

Criado observatório europeu da cadeia alimentar

Após meses de protestos para exigir preços justos que cubram os custos de produção dos camponeses, o lançamento do Observatório da Agricultura e da Cadeia Alimentar (AFCO), no mês de Julho, marca um passo importante para garantir a transparência dos preços, custos e margens e a justiça económica em toda a cadeia alimentar, para camponeses e consumidores.



■ RÉGUA, 7 DE AGOSTO 2024

Este mecanismo deve ter as condições e os objectivos adequados, para que os decisores políticos e os diferentes intervenientes na cadeia disponham de uma sólida base de conhecimentos comuns e possam tomar decisões políticas informadas que apoiem a tão necessária transição agroecológica.

Para a Coordenadora Europeia Via Campesina (ECVC), para que o mecanismo seja plenamente eficaz, a Comissão Europeia deve garantir o cumprimento de critérios ambiciosos para a recolha de dados e para o papel que o observatório e os seus peritos desempenharão.

Álvaro Areta, um dos representantes da ECVC no AFCO, explicou que "o novo observatório tem potencial para dar uma resposta concreta à exigência dos agricultores de transparência dos preços, mas para isso deve ter a capacidade de

intervir para regular os mercados e não apenas observar as actuais más práticas."

Em particular, a Comissão deve garantir que dispõe de meios para obter e analisar dados sobre preços, custos e margens, fornecendo informações exaustivas e aprofundadas que sirvam de base e fonte oficial para as decisões e trabalho do observatório e emitir relatórios, estudos e índices que permitam, por exemplo, estabelecer referências para os contratos.

O observatório deve efectuar análises sobre as principais práticas abusivas cometidas, bem como sobre as acções de mercado das principais empresas em cada elo da cadeia, incluindo as fornecedoras de factores de produção, e deve ser mandatado para monitorar os níveis de stock, pelo menos em alguns produtos estratégicos (cereais, leite em pó, etc.).

Aira Sevón, representante da ECVC no AFCO, sublinhou tam-

bém a importância de assegurar informação actualizada e detalhada, garantindo uma transparência justa e comparativa em todos os elos da cadeia. "Actualmente, por exemplo, os preços na origem são publicados semanalmente, mas a informação sobre os preços na indústria ou nos pontos de venda a retalho não está disponível com a mesma frequência ou com o mesmo pormenor. A transparência é menor a montante da cadeia e alguns actores obtêm margens de lucro enormes, enquanto os agricultores lutam para sobreviver."

Esta falta de transparência e a necessidade de informações pormenorizadas também se aplicam às importações e exportações.

Recorde-se que, segundo dados do Eurostat, a percentagem de valor acrescentado que vai para os agricultores em toda a cadeia alimentar na UE está a diminuir ligeiramente, situando-se em cerca de 25%.



Via Campesina insta UNCTAD a adoptar soluções para um comércio justo

A Via Campesina enviou uma carta à Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD no acrónimo em inglês) pelo seu 60º aniversário. Recordando os ideais fundadores da UNCTAD para um comércio global justo, a carta aponta para os tempos actuais, revela falhas na governação do comércio global e insta-a adoptar soluções que promovam a soberania alimentar e a justiça social em todo o mundo.

Na missiva, a LVC alerta para a política externa hegemónica das superpotências ocidentais e do poder crescente das empresas transnacionais, que ditam regras comerciais globais em benefício próprio, permitindo-lhes controlar os recursos de países de todo o mundo. Os programas de ajustamento estrutural, os acordos de comércio

livre e os quadros de parceria económica perpetuam este modelo.

A Via Campesina, que surgiu em 1993 como resposta à percepção da cobertura da globalização para a neocolonização dos territórios, alerta contra a expansão do capital, a mercantilização dos recursos e a erosão das economias rurais, defendendo a cooperação em vez da concorrência no comércio internacional. Instituições como a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional têm promovido a privatização, a desregulamentação e a financeirização dos ecossistemas, a mercantilização de sementes e culturas, o desmantelamento de programas alimentares públicos e o surgimento de explorações agrícolas industriais e de empresas alimentares transnacionais globais, que concentram a cadeia alimentar global, com consequências catastróficas.

A Via Campesina apela à UNCTAD e a todos os países membros para que se reconectem com o seu mandato original: criar um quadro comercial internacional justo em prol da soberania dos povos e da justiça social. E lembra que soluções reais devem emergir dos mais

afectados por décadas de políticas neoliberais: camponeses, pequenos agricultores, trabalhadores agrícolas, povos indígenas, trabalhadores rurais e urbanos, mulheres pobres.

QUADRO COMERCIAL GLOBAL

Em 2022, La Vía Campesina embarcou na criação de um quadro comercial global que capacita cada país a determinar as suas políticas agrícolas e alimentares, protegendo e promovendo os sistemas alimentares locais através de medidas regulamentares, como preços mínimos, reservas públicas e gestão da oferta. O objectivo é estabilizar os preços agrícolas com base nos custos de produção e combater a especulação. Este quadro luta pelo comércio internacional livre de pressões geopolíticas, proíbe práticas como o *dumping* e defende os direitos humanos. A La Vía Campesina convidou a UNCTAD e os seus Estados Membros a colaborar na construção deste quadro, propondo um processo participativo no seio das Nações Unidas. Juntos, podemos preparar o caminho para um futuro onde ninguém passe fome e onde a equidade e a justiça prevaleçam.

GRANDE MANIFESTAÇÃO NA RÉGUA

A 7 DE AGOSTO, PROMOVIDA PELA CNA E AVADOURIENSE



Cerca de um milhar de agricultores reclamam escoamento a preços justos para a produção da uva e do vinho na Região Demarcada do Douro, exigem a reversão dos cortes no benefício e eleições para a Casa do Douro. Uma demonstração da força da razão dos pequenos e médios viticultores durienses em defesa dos seus justos direitos!

